AULA 05.2. O II PND e a política econômica no governo Geisel (1974-1979)

Baseado em Gremaud - Economia Brasileira Contemporânea



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República ERNESTO GEISEL

Vice-Presidente da República

ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe do Gabinete Civil

GOLBERY DO COUTO E SILVA

Chefe do Gabinete Militar

HUGO DE ANDRADE ABREU

Chefe da Secretaria de Planejamento

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

Chefe do Serviço Nacional de Informações

JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

ANTONIO JORGE CORREA

MINISTÉRIOS

Justiça

ARMANDO RIBEIRO FALCÃO

Marinha

GERALDO DE AZEVEDO HENNING

Exército

SYLVIO COUTO COELHO DA FROTA

Relações Exteriores

ANTONIO FRANCISCO AZEREDO DA SILVEIRA

Fazenda

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN

Transportes

DYRCEU ARAUJO NOGUEIRA

Agricultura

ALYSSON PAULINELLI

Educação e Cultura

NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA

Trabalho

ARNALDO DA COSTA PRIETO

Aeronáutica

JOELMIR CAMPOS DE ARARIPE MACEDO

Saúde

PAULO DE ALMEIDA MACHADO

Indústria e do Comércio

SEVERO FAGUNDES GOMES

Minas e Energia

SHIGEAKI UEKI

Interior

MAURICIO RANGEL REIS

Comunicações

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA

Previdência e Assistência Social

LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO E SILVA



II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1975-1979)

5"1975/1979"(81)

DIBIB

Tal orientação, na prática, significa:

- Manter o crescimento acelerado dos últimos anos, com taxas de aumento das oportunidades de emprego da mão-de-obra superiores às da década passada, que já superaram a do crescimento da mão-de-obra que acorre ao mercado de trabalho.
- Reafirmar a política de contenção da inflação pelo método gradualista.
 - Manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos.

- Realizar política de melhoria da distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico.
- Preservar a estabilidade social e política, assegurada a participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores e, em geral, de todas as categorias vitais ao desenvolvimento, nas suas diferentes manifestações.
- Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade da vida,
 e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do País.

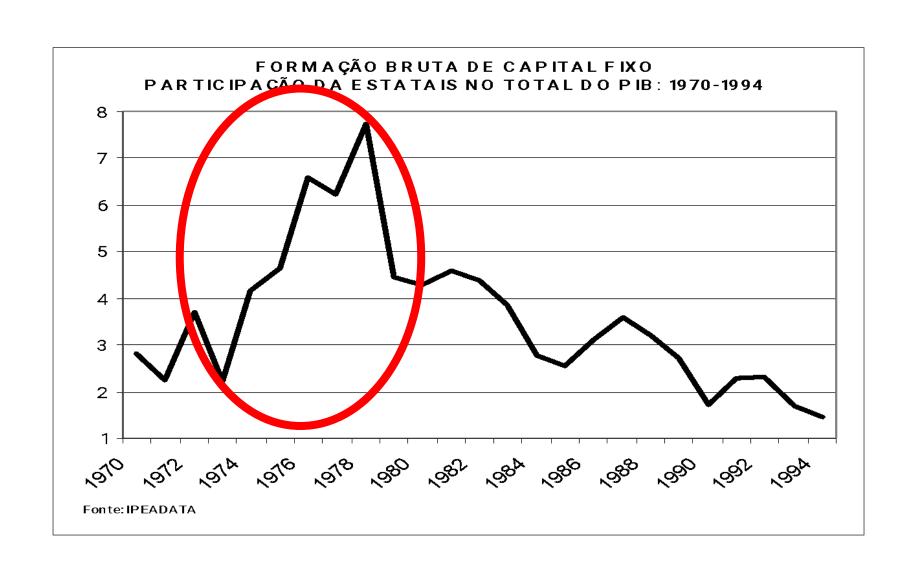
O II PND: Manutenção do Investimento

- Foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE)
 - promover a coordenação das ações dos órgãos de planejamento
- FBK mantida em patamares elevados

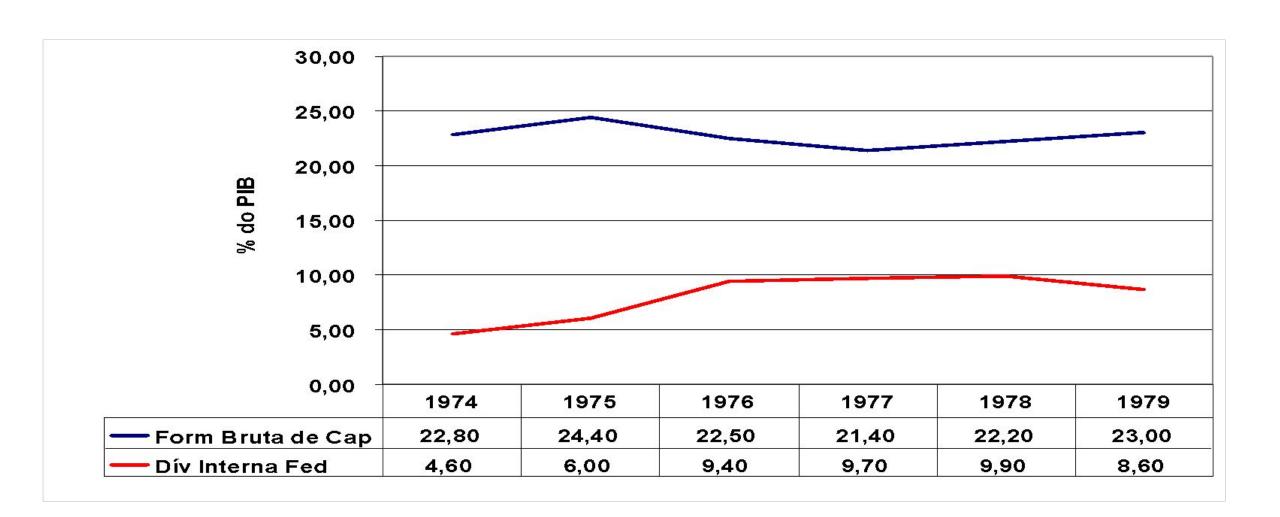
O II PND: Manutenção do Investimento: As Estatais

- Foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE)
 - promover a coordenação das ações dos órgãos de planejamento
- FBK mantida em patamares elevados
- O agente principal das transformações foram as estatais e os seus investimentos
 - Também administração pública direta
 - Financiamento com base em Recursos externos
 - Preços públicos e tarifas (dificuldade com atualização e autofinaciamento)
 - BNDE não acesso (fica para as empresas privadas)

INVESTIMENTO DAS ESTATAIS



FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL E DÍVIDA INTERNA FEDERAL



O II PND: setor privado

- Setor privado estímulos importantes mas não é o principal agente
 - as estatais realizando seus investimento geram demanda que faz o setor privado investir
 - Garantias de demandas (preços);
 - incentivos foram dados ao setor privado através do CDE:
 - crédito do IPI sobre a compra de equipamentos;
 - depreciação acelerada (reduzir lucro tributável 10>> 5);
 - isenção do imposto de importação;
 - reserva de mercado para novos empreendimentos (ex. Lei da Informática);
 - Resolução 432 (risco cambial dos empr externos).

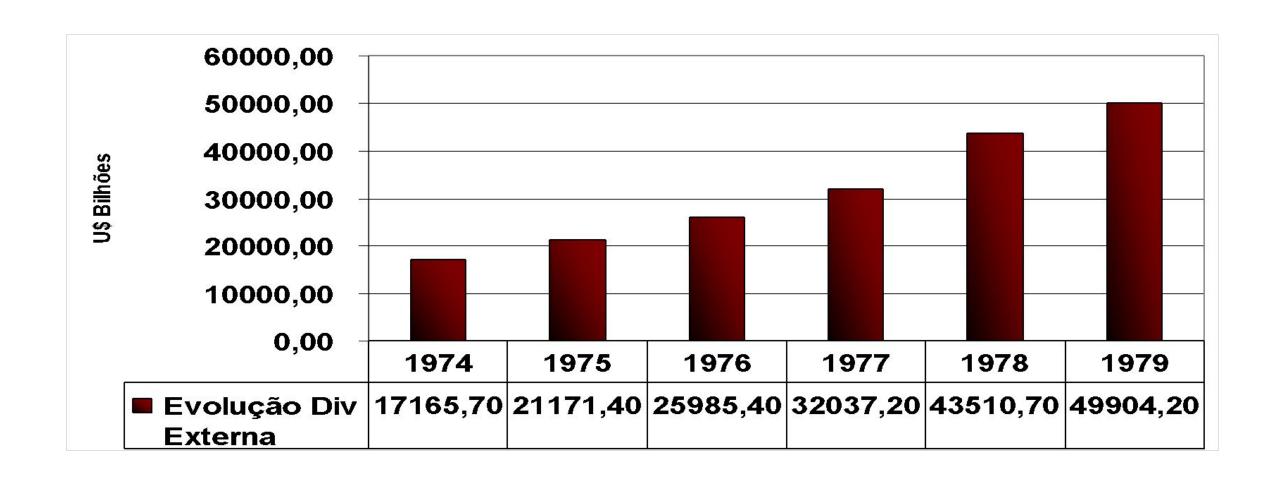
O II PND: setor privado

- Setor privado estímulos importantes mas não é o principal agente
 - Empréstimos do BNDE
 - Funding PIS (sai Caixa);
 - Subsidiárias:
 - IBRASA (Inv. Brasileiros SA),
 - EMBRAMEC (Mecânica Bras. SA);
 - FIBASE (Insumos Básicos, Financiamentos e Participações).
 - Objetivo: Reduzir risco, ex: Papel e Celulose, se compra as ações das empresas para financiar o investimento

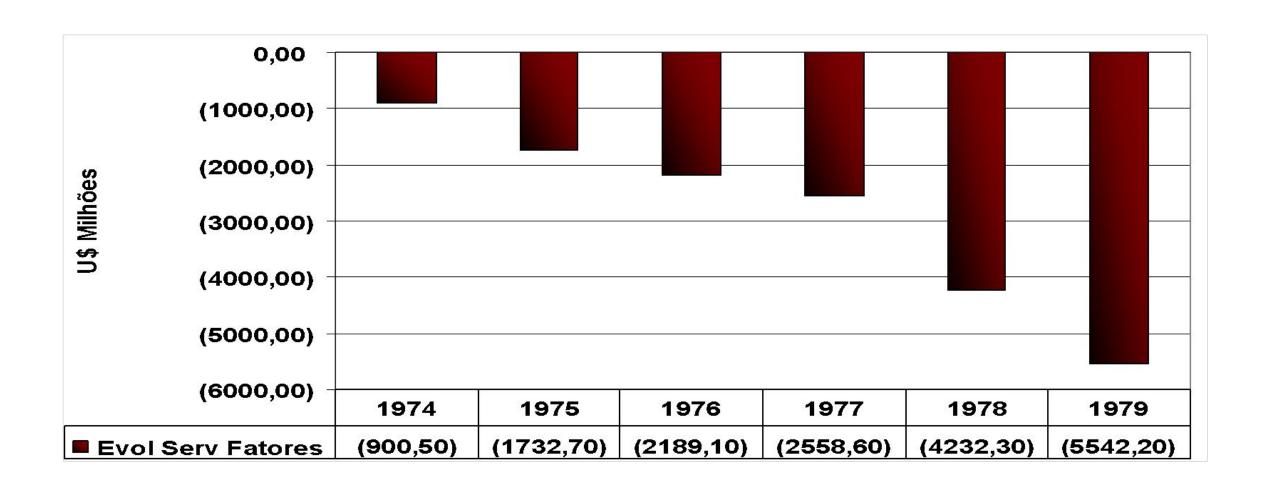
A questão do financiamento: a estatização da dívida externa

- O setor privado: créditos subsidiados de agências oficiais -BNDE
- As empresas estatais sofreram restrição ao crédito interno e contenção tarifária forçando-as ao endividamento externo
 - □ o endividamento externo das estatais cobria o "hiato de divisas"
 - novidade: taxas de juros flutuantes.
 - A dívida externa cresceu rapidamente no período diferença pública.
 - US\$ 15 bilhões entre 74/77 e mais US\$ 17 bilhões em 78/79.
- Grande parte dos novos endividamentos externos públicos
 - Dados os níveis extremamente baixos das taxas de juros internacionais, o Estado era capaz de pagar os juros. Mas qualquer alteração nas taxas de juros poderia inviabilizar as condições de pagamento.
- Circular 230 (1974) e Res 432 (1977)
 - Manter dívida externa junto ao BC

DÍVIDA EXTERNA



SERVIÇOS FATORES



Política econômica externa: o último fôlego do Desenvolvimentismo

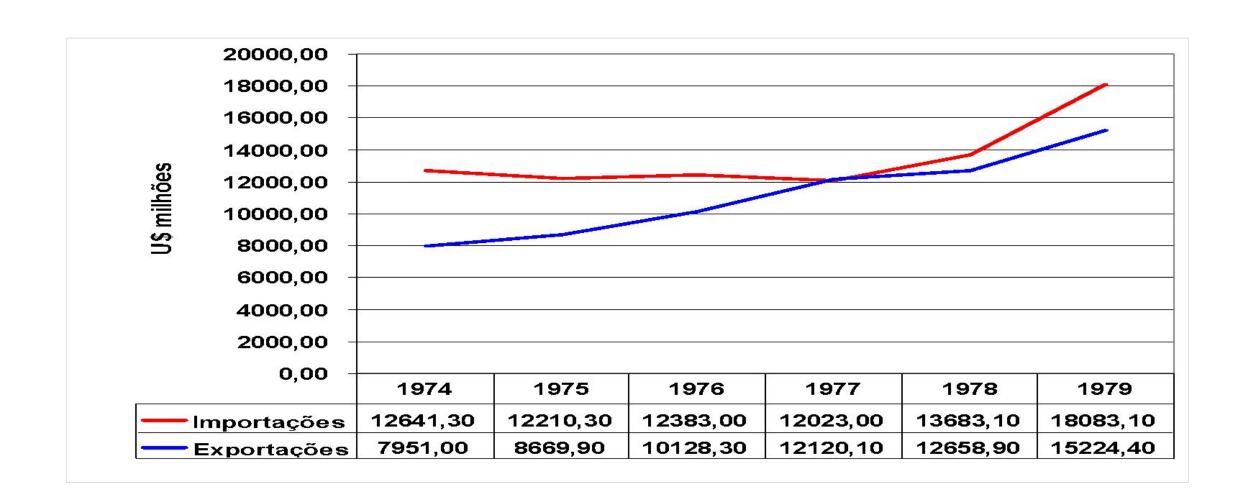
Política comercial

- Substituição de importações (mudanças no controle)
 - Depósito compulsório e Impostos de importação (série de elevações);
 - Controles administrativos e em 1975 houve até proibição (Benedicto e reservas de mer...).
- "Se possível abrir novas frentes de exportação"
 - Ampliação do crédito subsidiado e incentivos fiscais

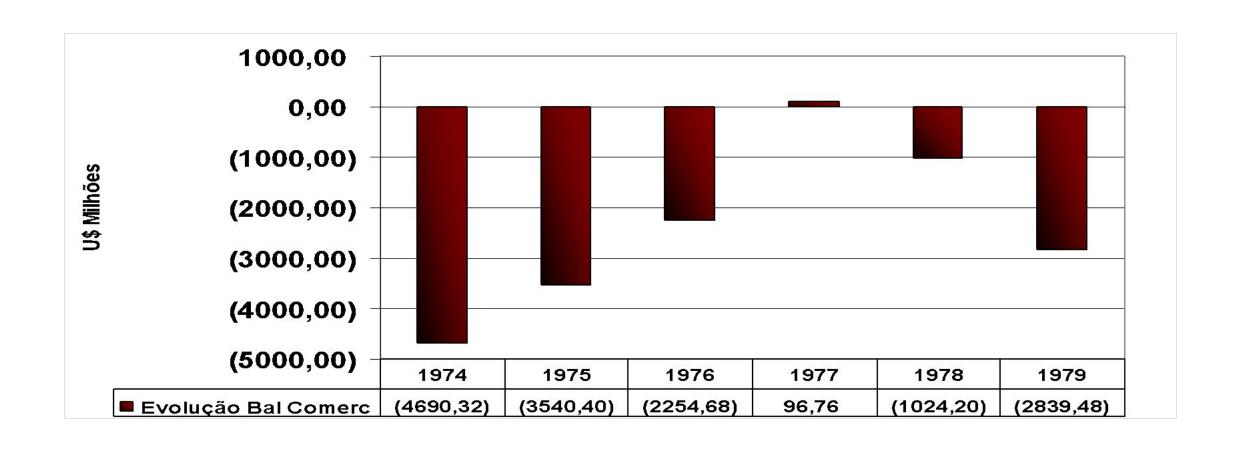
Política cambial

- Manutenção das minidesvalorizações
 - Não aceleração da desvalorização como proposto por muitos:
 - Pessimismo das elasticidades (Simonsen ainda não acreditava que isso pudesse ajudar - gerar inflação maior que o que ajudaria nas exportações);
 - Efeito patrimonial da desvalorização, especialmente sobre o setor privado

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES



BALANÇA COMERCIAL



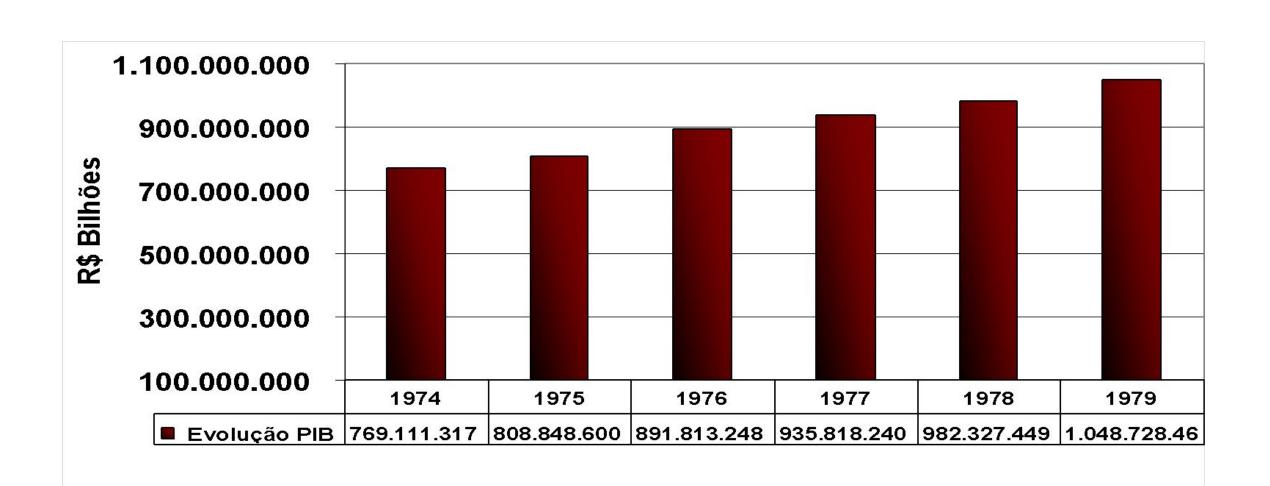
Brasil: Balanço de pagamento (73-79)

	Bal. de transações correntes	Conta de capital	Saldo do BP	Reservas
1973	- 2085	4110	2379	6416
1974	- 7504	6583	- 1040	5269
1975	- 6999	6374	- 1064	4040
1976	- 6425	8499	2687	6544
1977	- 4826	6151	714	7256
1978	- 6983	11884	4262	11895
1979	- 10708	7647	- 3214	9689

II PND Resultados

- Durante o II PND manteve-se o crescimento industrial;
 - Inferior ao previsto: 7% (10% a.a. pelo II PND);
 - A indústria em sua totalidade cresceu 35% entre 1974/79.
 - Os principais setores foram (não é mais de duráveis):
 - Metalúrgico cresceu 45%, de material elétrico, 49%, de papel e papelão, 50%, e químico, 48%.
 - O setor têxtil cresceu 26% e o de alimentos 18%.
 - O setor de material de transportes cresceu 28%.

PIB TOTAL



	Capocidade Produtiva		Produção Efetiva		Produção Efetiva como % da Meta para 1979	
	1974	Meta p/ 1979	1979	1984	1979	1984
Metaldrgica			24-20			
Aço em Lingotes	8.600	22.300	13.891	18.386	62,3%	82,4%
Aço Plano/Perfis Perados	4.100	13.100	6.853	7.941	52.3%	60,6%
Aço não Plano/ Especiais	4.600	8.300	5.261	5.752	63,4%	69,3%
Altuminio	120	190	238	457	125.3%	240,5%
Cobre	10	60	-0	61	0,0%	101,7%
Zinco	33	58	63	107	108,6%	236,2%
Química						
Ácido Salfúrico	986	3.388	1.924	-	56,8%	-
Soda Cáustica e Barritha	273	700	645	1.072	92,1%	153,1%
Cloro	212	593	587	819	99,0%	138,19
Fertilizantes	585	1.199	1.533	5,533	127,9%	461,5%
Resinus Termoplásticas	408	891	851	-	95,5%	
Fibras Artificiais/ Sintéticas	176	253	214	251	84,6%	99,2%
Elastômeros Sintéticos	144	239	224	252	93,7%	105,49
Etemo	343	718	631	1.143	87.9%	159,29
Amoniu.	268	577	353	1.061	61,2%	183,99
Intermediários Não- Metálicos		110	= 1	4.800		
Cimento	17.130	26.190	28.871	19.495	110,2%	74,49
Cclulose	1.54	7 2.860	2.780	3.364	97,296	117,69
Papel	2.25	7 2.900	2.979	4.021	102,7%	138,79

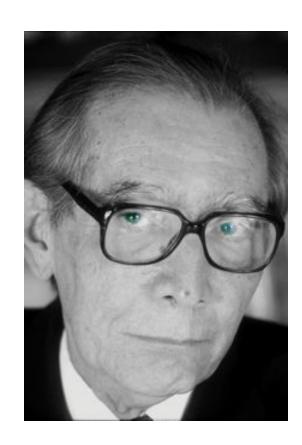
Insumos Básicos: Coeficientes de Importação e Exportação — 1974-1983

Produtos/Ano	Coefficie	inte de Im	portação	Coeficiente de Exportação		
1	1974	1979	1983	1974	1979	1983
Aço	39,1%	3,4%	1,0%	2,2%	7,7%	37,8%
Ferroligas	7.5%	0.3%	0,2%	20,1%	34,1%	60,4%
Refratários	25,3%	8.3%	5,1%	8.4%	19.1%	17,196
Alumínio	50,4%	23,0%	2,3%	1,6%	3,4%	4,0%
Cobre	72,2%	80,6%	40,4%	2,5%	13,0%	15,9%
Zinco	64,2%	43,3%	3,3%	0.0%	0.2%	1.9%
Silicio	94,2%	0.2%	0,098	46.1%	26,7%	70,3%
Estunho	0.3%	0.3%	0,2%	42.2%	46,7%	68.5%
Papel	20,4%	10,496	7,698(11)	1,7%	4,7%	7,7%(1)
Celulose	16,6%	3,4%	0,8%(1)	11,8%	20,9%	27,7%(1)
Petroquímica Básica	14,0%	7.0%	0.3%	0.0%	0,4%	12,3%
Petroquímica Intermediária	41,0%	18,0%	2,0%	1.9%	3.6%	12,3%
Resimas Termophisticas	35,2%	14,0%	1,0%	2,0%	2,0%	30,0%
Fibrus Sintéticus	21.6%	5,196	1,0%	1.3%	6.1%	18,1%
Elastfimeros Sintéticos	20,7%	14,0%	16,0%	0.7%	6,1%	18,1%
Soda Cánstica	53.1%	2,9%	0,196(1)	_	_	_
Fertilizantes Nitrogenados	63,1%	63,7%	38,4%(1)	-		10000
Fertilizantes Fosfatados	57,7%	25,8%	8.6%(1)	-		

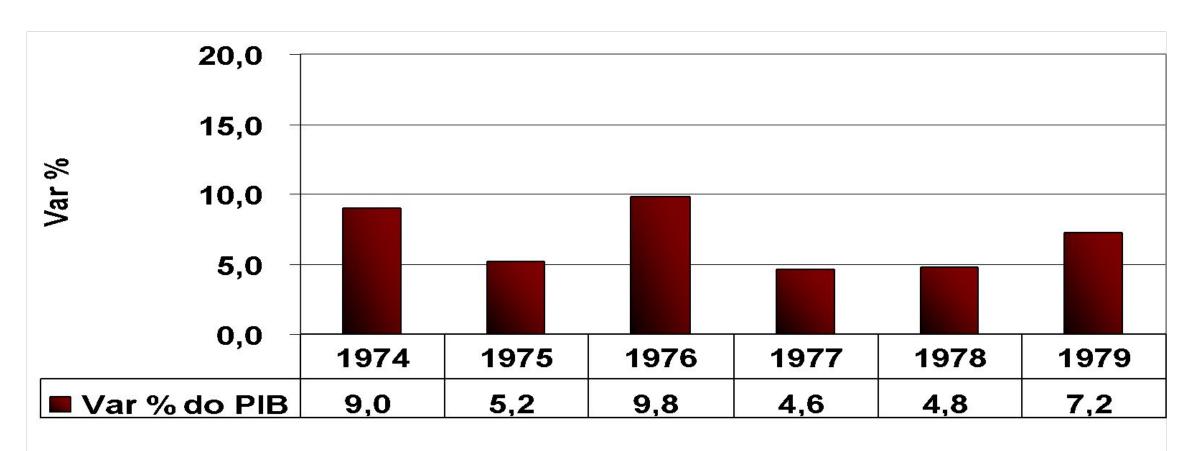
(1) Dados referentes a 1982.

Conflito: FAZENDA X PLANEJAMENTO (Reis Velloso)



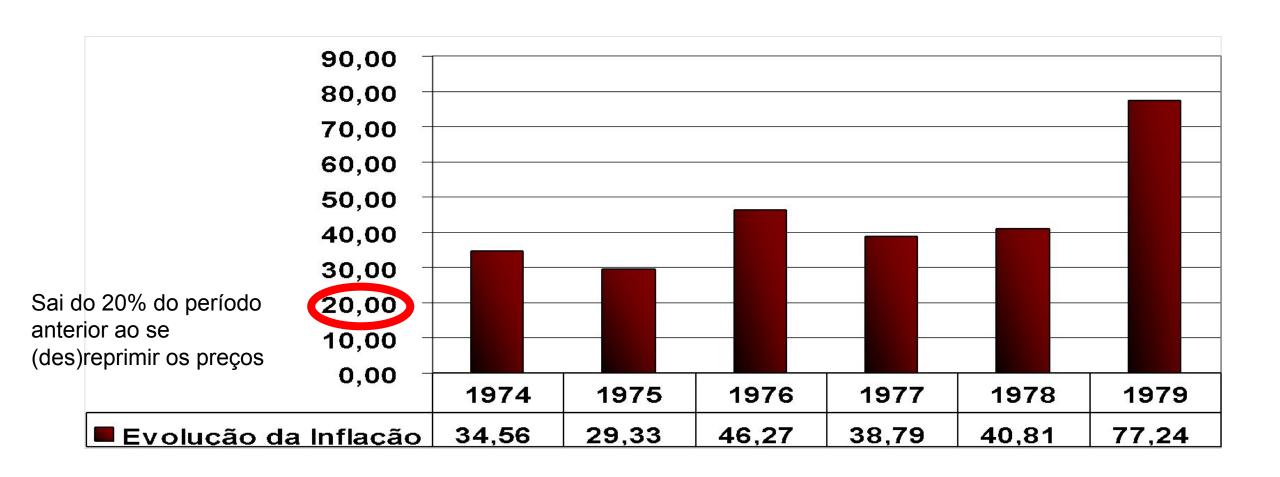


VAR % PIB TOTAL



Manter Crescimento: significa ter que segurar inflação e BP

INFLAÇÃO



A política macro de curto prazo:

Stop-and-go (com defasagem)

- <u>1974</u> desrepressão de preços
 - Aceleração da inflação instabilidade índices mensais problemas com mecanismos indexação e rentabilidade real dos ativos (operações):
- A CM tinha duas pontas:
 - O Banco tinha acesso ao Capital com Correção e emprestava na mesma condição:
 - Algumas vezes as correções diferiam entre credor e tomador;
 - IPA de um lado entre bancos e financeiras, IPC para tomador final.
 - Remédio: Oficialização da regra de CM e mudanças Lei Salarial;

A política macro de curto prazo:

Stop-and-go (com defasagem)

- <u>1974</u> desrepressão de preços
 - Aceleração da inflação instabilidade índices mensais problemas com mecanismos indexação e rentabilidade real dos ativos (operações):
 - Oficialização da regra de CM e mudanças Lei Salarial;
 - Controle de liquidez problemas para conter excessos anteriores
 - Críticas: controle de agregado (crédito) e de preços simultâneo
 - Operações ativas BB e Bacen
 - Política sujeito a arrependimento crise do <u>Banco Halles</u> (herança da reforma financeira de 1964)

A política macro de curto prazo:



Passado 1

O presidente Ernesto Geisel acreditava que o exemplo de austeridade devia ser dado pelo chefe do governo. Por isso, não pensou duas vezes quando seu ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, decretou intervenção no Banco Halles, menos de um mês depois de sua posse. Correntista do banco, Geisel não moveu uma palha para retirar o dinheiro que tinha depositado na instituição. "Micou", com os outros correntistas, porque considerava que o contrário seria "um desvio ético".

continuação

- 1975: Política inicial mais eficiente de contenção
 - Situação externa favorece
 - Efeitos positivos e diminuição de crescimento de Y
 - Crise financeiras
 - Critica: novamente arrependimento
 - reversão final período
 - socorro
 - Refinanciamento compensatório (redesconto invertido automático: se M1 não metas empréstimos a 6% nominal)
- 1976: aceleração do crescimento do PIB e de Inflação
 - Fim controle de juros
- <u>1977</u>: aperto novamente,
- 1978 eleição Figueiredo

A Ciranda Financeira: coexistência proporcionada pelo gov

- Sistema Financeiro Nacional: coexistência de diferentes moedas:
 - Setor real (operações com correção monetária a posteriori): correção e juros;
 - Setor nominal (operações prefixadas, contratos em Cruzeiro): não assume risco se a inflação subir; e
- Quando inflação se instabilizava: <u>Aplicadores</u> buscam o setor real, enquanto os <u>demandantes</u> procuram o nominal.
- Para viabilizar o sistema:
 - governo empresta a taxas subsidiadas (prefixadas pelo BNDES, imobiliário e para bancos privados) e, do outro lado, amplia a liquidez primária para evitar a insolvência do setor nominal.
 - Riscos para o governo: inflação acelerar (empresta no nomial e capta no real); ná dívida externa: risco cambial e ampliação do juros int.

□ Consequências:

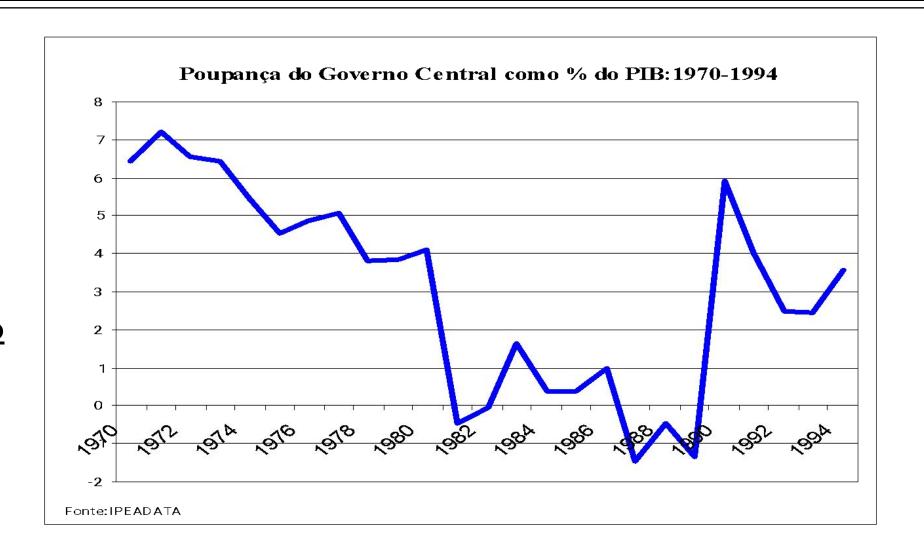
- a elevação do déficit público (pelo spread negativo).
- perda do controle monetário.
- aumento do passivo do setor público.

II PND - RESULTADOS GERAIS

- MANTEM CRESC.
 - Inflação em patamar superior relativo controle
- Efeitos sobre exportações e importações ?
- ESTATIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
 - TOMADA DE EMPRÉSTIMOS (ESTATAIS)
 - RESOLUÇÃO 432 (circular 230)

REPERCUSSÕES SOBRE AS CONTAS PÚBLICAS

Gastos
crescendo e
arrecadação
caindo:
Esgotamento
do Estado



II PND - RESULTADOS GERAIS

■ MANTÉM CRESC.

- Inflação em patamar superior relativo controle
- Efeitos sobre exportações e importações ?

ESTATIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

- TOMADA DE EMPRÉSTIMOS (ESTATAIS)
- RESOLUÇÃO 432 (circular 230): que permitiam, respectivamente, as empresas e bancos depositarem no BCB dólares devidos antes dos vencimentos das obrigações". Era o chamado "depósitos registrados em moeda estrangeira (DRME).
- Isto significou a transferência ao Estado de obrigações contratuais denominadas em moeda estrangeira numa conjuntura instável e de expectativas de elevação dos juros internacionais e custos das operações cambiais. Trata-se de <u>uma transferência de risco</u>.

ESGOTAMENTO DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

- REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA;
- AUMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA.